

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 11 de maio de 2023



Nesta edição:

- ***A utilização do hidrogênio sustentável na indústria brasileira é debatida na Comissão de Meio Ambiente da Câmara***
- ***Impactos da reforma tributária são discutidos em Grupo de Trabalho da Câmara***

A utilização do hidrogênio sustentável na indústria brasileira é debatida na Comissão de Meio Ambiente da Câmara

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara realizou audiência pública para discutir a utilização do hidrogênio sustentável na indústria brasileira.

Davi Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, defendeu que haja celeridade na regulação do hidrogênio sustentável, a fim de atrair investimentos internacionais e garantir segurança jurídica para o empresariado brasileiro. Nesse sentido, destacou o trabalho realizado pelo **Comitê da Indústria para o H2 Sustentável**, formado por empresas interessadas, com o intuito de encaminhar sugestões consensuais do setor para os tomadores de decisão dos Poderes Executivo e Legislativo.

Além disso, ressaltou que o Brasil é um dos países mais competitivos para produção de hidrogênio, sendo importante que não se trate apenas o hidrogênio verde, mas sim todas as rotas tecnológicas que façam sentido mercadológico, levando-se em consideração o ambiente nacional e internacional, e a estratégia de descarbonização do setor.

Por fim, apresentou o **Plano de Retomada da Indústria, que possui a descarbonização como um pilar central**, e evidenciou importantes recomendações para fomentar a cadeia de valor do H2 sustentável, como sinais claros de indução da demanda pelo Governo que apontem um horizonte escalonado de incorporação do energético, para dar previsibilidade financeira; uso da água para produção de hidrogênio no espectro do uso múltiplo da água; e sinergia com outras políticas públicas.

Camila Ramos, Vice-Presidente de Hidrogênio Verde da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – **Absolar**, apontou que o crescimento da produção de H2 renovável no Brasil dependerá do ritmo de substituição do atual consumo de H2 de fonte fóssil, da adoção por novos setores e da demanda pelo mercado externo. O Brasil possui potencial para produzir o hidrogênio renovável mais barato do mundo. As oportunidades são diversas e estratégicas, pois há perspectiva da adoção do hidrogênio de baixo carbono em vários setores da economia, especialmente em setores de difícil descarbonização como o de fertilizantes e aviação, o que vai **proporcionar segurança energética e alimentar**.

Mariana Espécie, Diretora do Departamento de Transição Energética do **MME**, apresentou o **Programa Nacional do Hidrogênio**, que é estruturado em seis eixos: (i) fortalecimento das bases tecnológicas; (ii) capacitação e recursos humanos; (iii) planejamento energético; (iv) arcabouço legal regulatório; (v) crescimento do mercado e competitividade; e (vi) cooperação internacional. Ademais, informou que o Brasil possui potencial superior a US\$ 20 bilhões em projetos anunciados em hidrogênio e enfatizou os próximos passos, como a sequência das reuniões do Comitê Gestor, o encerramento da análise das contribuições da Consulta Pública nº 147/2022 e a publicação do **Plano de Trabalho Trienal 2023-2025**.

Rafael Menezes, Coordenador Geral de Tecnologias Setoriais do **MCTI** salientou as ações da Câmara de fortalecimento das bases científico-tecnológicas, que possui como objetivo apoiar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o empreendedorismo na produção, armazenamento, transporte, segurança, uso e aplicações do hidrogênio. Além disso, apresentou o **Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio – SisH2**, que será um dos principais instrumentos da **Iniciativa Brasileira do Hidrogênio - IBH2**, em prol do desenvolvimento tecnológico, da inovação e do empreendedorismo.

Apresentaram, também, Alexandre Vaz Castro, do Comitê de Relações Institucionais e Governamentais do **Conselho Federal de Química – CFQ**; Aislan Renato Balza, Gerente de Fiscalização do **Conselho Regional de Química - CRQ/SP**; Alexandre Alonso Alves, Chefe Geral da **Embrapa Agroenergia**; e Paulo Emílio Valadão de Miranda, Presidente da **Associação Brasileira de Hidrogênio - ABH2**.

Impactos da reforma tributária são discutidos em Grupo de Trabalho da Câmara

O **Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional (PEC 45/2019)**, da Câmara dos Deputados, se reuniu hoje para debater os impactos da reforma tributária sobre o consumo.

João Dornellas, Presidente Executivo da **Associação Brasileira da Indústria de Alimentos – ABIA**, iniciou sua fala esclarecendo que a indústria brasileira de alimentos produz 250 milhões de toneladas de comida por ano e processa 58% de tudo que vem do campo, evidenciando a importância da indústria alimentícia. Além disso, defendeu que a média da carga tributária sobre os alimentos industrializados no país é de 24,4%, enquanto a média dessa carga em países membros da OCDE é de 7%. Entende que a discussão sobre a reforma

tributária atinge diretamente a questão da promoção da segurança alimentar, além do impacto fiscal para o setor e para toda a cadeia produtiva de alimentos.

Camilla Cavalcanti, Diretora da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do **Ministério da Fazenda**, esclareceu algumas dúvidas levantadas durante as discussões do grupo de trabalho.

Inicialmente, em relação ao **cashback**, informa que o modelo ainda não está definido e não precisa ser detalhado via emenda constitucional. O que a PEC precisa trazer é a previsão e os direcionamentos para que a legislação infraconstitucional regule o mecanismo. Hoje, há uma desoneração da cesta básica sem o **cashback**, diante disso, 3 possibilidades ventiladas são: **(i)** o **cashback** puro, com valor fixo para todos; **(ii)** o **cashback** menor – com relação à primeira possibilidade – e com valor fixo, porém com algum nível de desoneração da cesta básica; ou **(iii)** o mecanismo puro, decrescente por faixa de renda.

No tocante ao **agronegócio**, esclareceu que o atual sistema tributário prejudica a sua competitividade. Portanto, um dos benefícios da reforma tributária é o aumento da demanda por alimentos proveniente de um bom modelo desenhado para as pessoas com menor renda. Ademais, elucida que o agroexportador será mais competitivo em vista da não cumulatividade plena e a rápida devolução dos créditos. Frisou, também, que os pequenos produtores rurais, que representam 90% dos estabelecimentos agropecuários, provavelmente terão algum tipo de tratamento favorecido com transparência e simplicidade, sem burocracia e sem o aumento de carga tributária.

Além disso, informou que os **serviços** do meio da cadeia terão redução de custos. Sobre os serviços ao consumidor final, haverá diferentes situações. Com efeito, os com relevante função social têm a possibilidade de tratamento favorecido, como saúde, educação e transporte coletivo de passageiros. Destacou que a reforma tributária manterá o Simples Nacional e o MEI, que correspondem a 89% dos CNPJs dos serviços ao consumidor final.

Por fim, apresentou posição sobre a PEC 46/2022 no sentido de que a proposição mantém a complexidade do sistema tributário, a falta de transparência e a cumulatividade. Com isso, demonstrou apoio às PECs 45 e 110, de 2019.

Breno Vasconcelos, advogado tributarista e pesquisador do **Inspere** e do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da **FGV/SP**, mencionou que a reforma tributária acaba com a cumulatividade do sistema e reduz o contencioso tributário. Ademais, esclareceu que hoje, sem a reforma, uma empresa de porte médio com faturamento aproximado de R\$ 36 milhões gasta 855 horas/ano para pagar tributos sobre o consumo. Com a reforma, essa mesma empresa passa gastar 285 horas/ano para pagar o IBS. Portanto, outro benefício é a redução de 68% do custo administrativo para pagamento de tributo.

Apresentaram, entre outros convidados, **Letícia de Oliveira Cardoso**, Coordenadora-Geral de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis da SVSA do **Ministério da Saúde**; **Guilherme**

Noronha, Presidente da **Associação Brasileira de Telesserviços – ABT**; **Rodrigo Segurado**, Vice-Presidente da **Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS**; **Thaís Fagury**, Presidente da **Associação Brasileira de Embalagem de Aço – Abeaço**; e **Gustavo Madi**, Mestre em Teoria Econômica pela **Unicamp**.

Ao final da audiência, o coordenador do GT, **Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG)**, convocou para a próxima terça-feira (16/05) reunião administrativa do colegiado para aprovação do roteiro de trabalho dos próximos 20-30 dias.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

<https://www.legisdata.cni.com.br>

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA